



Veículo: O Liberal		
Data: 15/08/2017	Caderno: Polícia	Página: 01
Assunto: Petição		
Tipo: Notícia	Ação: Provocada	Classificação: Positiva

OEA avaliará Pau D'Arco

Redes de direitos humanos enviam petição para que governo do Brasil assumira a responsabilidade por conter a violência no campo, que este ano no Pará já resultou no dobro de mortes do ano passado

O Pará é o estado com maior número de casos de conflitos agrários do país, de acordo com dados da equipe de clínicas de Direitos Humanos da Amazônia. Para pressionar o governo brasileiro, os professores e pesquisadores que integram essa rede enviaram há duas semanas uma petição de audiência pública sobre a questão à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), da qual o Brasil é signatário.

De acordo com as pesquisas da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia, em 2016 o Brasil registrou 1.079 ocorrências de conflitos agrários, com 58 mortes, seis das quais no Pará. A maior preocupação dos estudiosos sobre o tema é que os números têm aumentado. Um exemplo disso é o caso ocorrido no município de Pau D'Arco. Essa única ocorrência no mês de maio deste ano, com 10 mortes, já ultrapassa o número de mortes apuradas no ano passado.

O professor Girólamo Treccani, membro da Rede Amazônica de Clínica de Direitos Humanos, explica que esse fato foi o estopim para que mais uma vez o Brasil seja chamado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que compõe o Sistema Interamericano de Direitos Humanos da OEA.

A clínica acionou a comissão interamericana com uma petição para que representantes do Brasil compareçam em audiência pública para debater com os membros das clínicas e se comprometer com a mudança de realidade em relação aos conflitos agrários no País. “O caso de Pau D'Arco foi o ápice para que elaborássemos esse documento com o pedido de audiência pública, pois essa realidade é preocupante e a violência só aumenta”, disse o professor Girólamo Treccani.

Diretora da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e integrante da comissão, Valena Jacob explica que a ação é uma iniciativa importante para a comunidade acadêmica, uma vez que a

universidade é uma instituição que se preocupa com a questão social e, por isso, precisa intervir e pedir providências.

“Nós precisamos mostrar não apenas à sociedade, mas também para a comunidade acadêmica, que o Brasil não está seguindo a convenção firmada com a comissão interamericana. Nossos alunos precisam ter conhecimento e saber lutar. O caso de Pau D'Arco foi só mais um episódio de violência contra os camponeses”, explicou Valena Jacob.

Os próprios pesquisadores informaram que não é a primeira vez que o Brasil é denunciado a dar satisfação a respeito do descumprimento da convenção, mas o grupo espera que, dessa vez, o pedido seja aceito e o governo brasileiro se comprometa a cumprir o acordo firmado com a OEA. A petição foi elaborada pelas clínicas de Direitos Humanos da UFPA, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, da Universidade Federal do Rio Grande e



“Caso de Pau D’Arco foi só mais um episódio de violência contra os camponeses.”

a Comissão Pastoral da Terra. A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, o chamado Pacto de San Jose da Costa Rica, foi assinado em 22 de novembro de 1969 e ratificado pelo Brasil em setembro de 1992. O Pacto baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que compreende o ideal do ser humano livre, isento do temor e da miséria e sob condições que lhe permitam gozar dos seus direitos econômicos, sociais e culturais, bem como dos seus direitos civis e políticos.

O documento é composto por 81 artigos, incluindo as disposições transitórias, que estabelecem os direitos fundamentais da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à dignidade, à integridade pessoal e moral, à educação, entre outros. A convenção proíbe a escravidão e a servidão humana, trata das garantias judiciais, da liberdade de consciência e religião, de pensamento e expressão, bem como da liberdade de associação e da proteção à família.



Girólamo Terccani, da Clínica de Direitos Humanos: “caso de Pau D’Arco foi o ápice”